ADOÇÃO, DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATOS DE UMA MÃE SOBRE O INGRESSO ESCOLAR DO FILHO

Luana Sposito BUENO, Universidade Federal de São Carlos

Fabiana CIA, Universidade Federal de São Carlos

Eixo 05 - Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

luana.sposito.ls@gmail.com

Resumo

Este estudo teve como objetivo compreender a percepção de uma mãe adotiva de criança com deficiência acerca do ingresso do filho na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, realizada com uma mãe adotiva de uma criança diagnosticada com síndrome de Melas e em investigação para deficiência intelectual. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada realizada on-line e organizados em categorias analíticas e discutidos à luz da literatura sobre adoção, deficiência e inclusão escolar. Os resultados evidenciaram que o ingresso na Educação Infantil foi permeado por expectativas, inseguranças e desafios relacionados à adaptação da criança, bem como à ausência de suporte especializado na instituição escolar privada. Também emergiram aspectos relacionados à importância da relação família-escola e da atuação intersetorial entre educação e saúde. Conclui-se que a inclusão escolar de crianças adotadas com deficiência requer acolhimento, suporte institucional e fortalecimento das redes de apoio às famílias, contribuindo para ampliar as discussões sobre a articulação entre adoção, deficiência e Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Especial. Adoção. Deficiência. Educação Infantil.

1. Introdução

A Educação Infantil é considerada parte da Educação Básica e inclui alunos de zero a cinco anos de idade (Base Nacional Comum Curricular, 2018). Ela une o cuidar, o educar e o brincar e possibilita a relação entre o cotidiano e as práticas pedagógicas, objetivando expandir as experiências, os conhecimentos e as habilidades das crianças, complementando a educação familiar, especialmente para bebês e crianças pequenas. Isso inclui promover socialização, autonomia e comunicação, integrando os contextos familiar e escolar (Brasil, 2018).

Na maioria das vezes, a Educação Infantil é a primeira vez que a criança é cuidada por alguém que não seja sua mãe ou responsável. Dessa forma, professores e

funcionários devem ser sensíveis a essa nova situação e ao distanciamento da figura de cuidado habitual (Bossi; Brites; Piccinini, 2017). Tanto os agentes educativos, quanto os familiares desempenham um papel importante para a aquisição de habilidades físicas, psicológicas, sociais e intelectuais da criança, buscando desenvolvê-la de sua maneira integral (Costa; Dariva, 2024).

Nesse período, a família é a principal aliada na escola para que a adaptação ocorra da melhor forma possível. Apesar da relação fraterna, cada filho terá suas próprias vivências e experiências, principalmente quanto à relação com os pais, que será responsável por moldar sua personalidade e seus sentimentos (Fiamenghi Jr; Messa, 2007). Nas famílias de crianças com deficiência, além de todo o processo de quebra da idealização no nascimento do filho "perfeito", os pais ainda enfrentam um embate entre as opiniões dos profissionais e as opiniões de pessoas próximas, sobre todo o processo de desenvolvimento do filho (Moura *et al.,* 2020). Nesse sentido, Fiamenghi e Messa (2007, p. 239), salientam que: "o lugar da criança na família é determinado pelas expectativas que os progenitores têm sobre elas".

Ter acesso a uma família que proteja, ofereça conforto e carinho para a criança é um direito fundamental de todos. A adoção, na perspectiva de Gondim *et al.* (2008), é o envolvimento por meio de relacionamento afiliativo. A adoção de crianças, é impulsionada pelos mais diversos motivos, sendo eles: desejo de formar uma família, vontade de ter um filho, ajudar uma criança e realidade, ou seja, entre a criança idealizada e a criança real (Gondim *et al*., 2008).

Dentro dessa lógica, o papel ativo da criança na construção do vínculo com a família adotiva atua como um fator impulsionador na decisão. Cumpre ainda mencionar que, quando a deficiência é compreendida pelos pais como apenas mais uma das características identitárias da criança — assim como o gênero ou a idade, por exemplo, essa percepção também se apresenta como um facilitador no processo (Mozzi; Nuremberg, 2016).

O processo de adaptação da criança no ambiente escolar precisa ocorrer de forma respeitosa em relação às crianças e às famílias, considerando a importância do acolhimento e da parceria entre escola e responsáveis durante a transição para o contexto escolar (Costa; Dariva, 2024). Nessa perspectiva, a educação inclusiva pressupõe a valorização das singularidades e a garantia de condições adequadas de participação e aprendizagem para todas as crianças (BRASIL, 2008). Esse processo de adaptação pode tornar-se ainda mais complexo quando a criança é adotada, pois ela pode estar lidando com desafios relacionados à sua história de vida, às mudanças emocionais e à construção de novos vínculos familiares e escolares (Mozzi; Nuremberg, 2016).

Nesse contexto, não há um consenso sobre a duração do período de adaptação da criança em um novo espaço. Dentz *et al.* (2022) destacam que a transição inicial deve se basear na comunicação entre pais e professores sobre todos os aspectos relacionados à criança. Dessa forma, o processo de adaptação da criança que começa a frequentar a Educação Infantil perpassa suas características individuais e atinge seus familiares, professores e a própria instituição de ensino, conectando diferentes contextos e realidades. Por isso, deve-se tratar esse período considerando toda a sua complexidade (Dentz *et al*., 2022).

Ferreira (2017) sustenta que a relação institucional e familiar deve ser baseada no acolhimento, na partilha e na promoção da participação. Nesse sentido, a qualidade das relações familiares e o envolvimento mais ativo dos pais torna-se ainda mais importante quando se foca no processo de inclusão escolar.

A Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) defende que para efetivação de uma proposta inclusiva na Educação Infantil deve haver, além do ambiente favorável, envolvimento e trocas entre os pais e os profissionais, assim como seu compromisso para com a evolução do aluno/filho, tendo como objetivo uma pedagogia centrada na criança. As preocupações, principalmente dos pais, são desde o nascimento e percorrem por todo o futuro dessa criança; nisso, o principal pilar de apoio que a família poderá contar será o escolar (Paniagua, 2004; Bossi; Junges; Piccinini, 2018). Como é defendido por Bossi, Junges e Piccinini (2018, p. 382): “o processo inclusivo deve envolver a intersetorialidade entre educação, saúde e assistência social, a fim de possibilitar a garantia de direitos à pessoa com deficiência.”

Percebe-se a escassez em pesquisas com a temática da adaptação escolar de crianças com deficiência, e ainda menos, aquelas que tratam especificamente de crianças adotadas, o que reforça a relevância da presente pesquisa, ao propor uma reflexão que articula as especificidades da adoção e da deficiência no contexto da Educação Infantil. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo compreender a percepção de uma mãe adotiva de uma criança com deficiência acerca do ingresso do filho na Educação Infantil.

2. Procedimentos metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, e corresponde a um recorte de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento, buscando compreender as percepções de uma mãe adotiva de criança com deficiência acerca do ingresso do filho na Educação Infantil. As pesquisas descritivas têm como foco a descrição de características e da relação entre variáveis em determinado grupo de participantes, enquanto as pesquisas exploratórias buscam investigar fenômenos ainda

pouco estudados (Gil, 2002).

Após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (CAAE: 91431925.2.0000.5504), iniciou-se o processo de recrutamento dos participantes. A divulgação da pesquisa foi realizada por meio das redes sociais Instagram, Facebook e TikTok, bem como por intermédio de contatos estabelecidos via WhatsApp com profissionais que poderiam indicar potenciais participantes, tais como psicólogos, professores e estudantes de programas de pós-graduação. Além disso, foram realizados contatos com grupos de apoio à adoção e profissionais vinculados à temática, por meio do envio de mensagens e e-mails de divulgação da pesquisa.

Para a divulgação, foi elaborado um folder contendo informações sobre os objetivos da pesquisa, os critérios para participação e um link de acesso a um formulário eletrônico, desenvolvido na plataforma Google Forms, destinado à manifestação de interesse pelos possíveis participantes.

A participante deste estudo manifestou interesse por meio do formulário e, posteriormente, foi contatada via WhatsApp pela pesquisadora. Nesse contato inicial, foram esclarecidas eventuais dúvidas sobre a pesquisa, encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para leitura e assinatura, e agendada uma entrevista on-line em data e horário de sua preferência.

A entrevista foi realizada de forma síncrona por meio da plataforma Google Meet, teve duração aproximada de 60 minutos e foi conduzida a partir de um roteiro de entrevista semiestruturado, composto por questões relacionadas ao processo de adoção e ao ingresso da criança com deficiência na Educação Infantil. Mediante autorização da participante, a entrevista foi gravada em vídeo e áudio e, posteriormente, transcrita na íntegra para análise.

Após a transcrição, o material foi submetido à leitura exaustiva pela pesquisadora. A análise permitiu identificar temas centrais presentes no relato da participante, os quais orientaram a interpretação dos dados em consonância com os objetivos da pesquisa e com a literatura sobre adoção, deficiência e Educação Especial Inclusiva. Esses temas subsidiaram a apresentação e a discussão dos resultados.

3. Resultados e Discussão

A mãe tinha 32 anos, o filho foi adotado com 11 meses e, no período da coleta de dados, estava com dois anos e sete meses. Ele é diagnosticado com síndrome de Melas e estava em processo de investigação para diagnóstico de deficiência intelectual.

A entrevista foi conduzida baseando-se no roteiro semiestruturado de perguntas. Realizaram-se mais de 20 perguntas, porém, para este trabalho, foram escolhidas seis

principais para alavancar a discussão.

A primeira questão tratava sobre a motivação para se tornar mãe adotiva:

> "É curioso porque eu tenho esse interesse desde criança. Eu nunca tive interesse em ter filhos biológicos. A adoção sempre foi minha primeira opção. E quando eu conheci o meu marido, assim que a gente se conheceu e começou a se relacionar, eu falei que eu não tinha vontade de ter filhos biológicos e ele só concordou. Aí sempre foi o plano. Desde que a gente casou sempre foi o plano."

O relato evidencia que a adoção fazia parte do projeto parental da participante desde antes do casamento, não sendo apresentada como alternativa à impossibilidade de gestação, mas como a forma inicialmente desejada de constituição da família. Ainda, o vínculo parental não esteve condicionado à consanguinidade, mas à intenção consciente de constituir uma família por meio da adoção.

A adoção de crianças, é impulsionada pelos mais diversos motivos, sendo eles: desejo de formar uma família, vontade de ter um filho, ajudar uma criança e realidade, ou seja, entre a criança idealizada e a criança real; o que também pode ser observado nos pais biológicos, sendo um processo natural (Gondim *et al*., 2008). Ter tido contato com a adoção antes de tomar a decisão também pode favorecer essa escolha (Castro, 2011).

Quando se trata da adoção de crianças com deficiência, destaca-se, primeiramente, a maturidade emocional das mães para assumir a função parental, além de motivadores como a religião, a filosofia de vida e experiências prévias com a deficiência ou com maus-tratos da criança (Ferreira, Sá; 2015). Uma vez concretizada a adoção, o filho deixa de ser referido como "adotivo", passando a ser reconhecido apenas como filho, o que implica um comprometimento integral com a criança e com os desafios que podem emergir ao longo de seu desenvolvimento (Silva; Farias, 2025).

Quando questionada sobre "o impacto da deficiência na adoção", a mãe relata:

> "É complicado também, porque a gente não sabia. [...] No nosso cadastro, a gente não colocou que queria uma criança com deficiência, porque automaticamente quando você coloca que aceita uma criança com deficiência, você vai adotar uma criança com deficiência, porque sempre vai ter uma criança com deficiência disponível para adoção [...] acho que como todos os pais, a gente sonha com um filho saudável [...] A gente acredita que não foi à toa que chegou pra gente. Que mesmo a gente não tendo se colocado à disposição, mesmo assim a gente foi direcionado para ele, né? Então a gente tomou essa decisão ali meio que depois de conhecer ele, meio depois de entender a situação de que independente do que ele tivesse, a gente queria adotar ele."

Esse aspecto demonstra que a descoberta da deficiência ocorreu simultaneamente à construção do vínculo parental, exigindo da família processos de adaptação e reelaboração das expectativas inicialmente construídas acerca da maternidade e da filiação. Esse movimento de "independente do que ele tivesse, a gente queria adotar ele" demonstra que o vínculo afetivo construído com a criança passou a

ocupar centralidade no processo de decisão da família, deslocando o foco do diagnóstico para as possibilidades de constituição da relação parental.

A narrativa sugere que a deficiência não foi um critério inicialmente buscado pela família, mas passou a ser incorporada ao projeto parental após o estabelecimento do vínculo afetivo. Esse movimento demonstra que a construção da parentalidade ocorreu de forma dinâmica, sendo ressignificada à medida que a família conhecia a criança e compreendia suas necessidades.

Baseado nos dados obtidos por meio do portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualmente há mais de 6.150 crianças disponíveis para adoção no Brasil. Destas, pouco mais de 14% das crianças são identificadas com deficiência intelectual e 1,5% com deficiência física; as outras deficiências não são categorizadas na notícia. Ainda, mais de 70% delas têm idade igual ou acima de oito anos, o que torna suas adoções ainda mais marginalizadas, visto que é comprovada pela literatura a preferência por crianças mais novas (de até dois anos de idade), meninas e da cor branca (Conselho Nacional de Justiça, 2026).

Além da idade, o tempo de permanência institucional também tem um peso significativo, pois os adotantes acreditam que quanto mais velha a criança, mais difícil será moldar seu comportamento para o "adequado", considerando que ela já é mais "consciente" das situações vividas e tem uma personalidade mais consolidada (Gurgel, 2016).

Partindo para o bloco do ingresso na Educação Infantil, a mãe foi questionada sobre o impulso para matricular o filho nessa etapa da Educação Básica e narrou:

> “Um ponto é que eu preciso trabalhar. E o segundo ponto, eu sentia que ele precisava conviver com alguém além de mim, precisava estar com outras crianças, porque eu achava que se ele visse outras crianças, ele poderia agir mais como outras crianças [...] eu achava que se ele ficasse só com a gente, ele não se desenvolveria suficiente. Ele não comia e eu não sabia como ensinar ele a comer porque ele não era uma criança típica [...] eu queria que ele realmente convivesse com outras crianças [...] com outros profissionais, como no caso é professora, que teria uma didática que talvez pudesse ajudar em algo que mesmo eu pesquisando, mesmo me esforçando, mesmo eu tentando, poderia estar além do meu conhecimento.”

A decisão pela matrícula foi fundamentada tanto em necessidades familiares quanto em expectativas relacionadas ao desenvolvimento infantil. Embora o trabalho materno apareça como um fator importante, a narrativa sugere que a escola também foi compreendida como um espaço potencialmente favorecedor não só da socialização, mas da aprendizagem e do desenvolvimento de habilidades que considerava importantes para o filho e que acreditava não conseguir promover sozinha, especialmente diante das dificuldades decorrentes da deficiência. O relato revela que a participante atribuiu à

Educação Infantil um papel que extrapola sua função assistencial, reconhecendo-a como espaço de desenvolvimento, interação e ampliação das oportunidades.

A mãe ainda traz sobre os sentimentos que vivenciou nesse tempo:

> "Fiquei um pouco frustrada. A gente tinha muita expectativa. Eu acho que foi bom. Ele começou a comer melhor, que era o que eu queria que ele visse as crianças comendo, comesse. Foi bom para ele conviver ali. A gente teve um sentimento de alívio no sentido dele se adaptar bem, porque ele chegou na escola e ele só chorou no primeiro dia e depois ele ficou bem. Depois ele já gostava, ele adorava ir pra escola [...] Ele pessoalmente teve uma boa adaptação, mas a gente teve uma frustração em como a escola lidou com ele, sabe?"

Embora a adaptação inicial da criança tenha ocorrido de maneira satisfatória, os resultados permitem compreender que a tranquilidade decorrente da boa inserção no cotidiano escolar foi acompanhada por sentimentos de frustração relacionados às condições oferecidas pela instituição. Dessa forma, a experiência familiar evidencia que o sucesso do ingresso escolar não depende apenas da adaptação da criança, mas também da capacidade da escola em responder às suas necessidades educacionais.

Muitas famílias de estudantes com deficiência temem pelo ingresso dos seus filhos em uma escola. Isso porque existe o receio deles não se adaptarem, de não ter uma pessoa que possa cuidar deles de forma adequada, de a criança ter alguma condição de saúde que exija cuidados especiais, entre outros motivos (Paniagua; Palácios, 2007). Uma relação concreta entre a escola e a família é vital, especialmente no início da vida escolar, pois as concepções de normas sociais e de convívio, importantíssimas para a interação com o grupo, deverão ser ensinadas, entre outros ensinamentos informais, em casa (Costa; Dariva, 2024).

Finalmente, declara sobre suporte escolar na instituição de Educação Infantil do filho:

> "Não, nenhum. Com certeza precisaria. Inclusive a gente tá mudando agora para o município, porque é muito difícil você cobrar isso em escola particular dentro do que a gente pode pagar, né? Porque a gente não conseguiria pagar uma mediação fora [...] Então fica aquela questão assim, vocês não tão me pedindo (para pagar a mais), mas eu também não posso cobrar porque também não coloca. E aí a gente vai tentar no municipal, vai fazer o teste também para saber como vai ser a adaptação, né? Se vai dar certo. Porque ali eu sei que eu posso cobrar, entendeu? Eu sei que é um direito que eu acredito muito que vai ser garantido, pelo menos o que o que a gente tem de aqui na nossa região [...] hoje no (ensino) público, pelo menos nessa primeira infância, a gente consegue garantir mais coisas, a gente consegue, mesmo que precise brigar, entendeu?"

Embora a adaptação da criança ao ambiente escolar tenha ocorrido de forma satisfatória, a participante relata frustrações relacionadas ao suporte oferecido pela instituição. A decisão pela transferência para a rede pública esteve associada,

principalmente, à expectativa de acesso aos apoios garantidos pela legislação às crianças com deficiência. Esses achados indicam que a inclusão escolar extrapola o simples acesso ou permanência da criança na escola, exigindo condições efetivas de acolhimento, suporte especializado e garantia de direitos. No contexto da rede privada, entretanto, esse posicionamento revela que a oferta desses apoios pode permanecer condicionada às possibilidades financeiras das famílias, produzindo barreiras à efetivação da inclusão. Esses resultados reforçam a importância de políticas públicas e práticas institucionais que assegurem o direito à educação inclusiva desde a Educação Infantil, independentemente da rede de ensino frequentada pela criança.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva compreende a Educação Especial como uma modalidade de ensino transversal a todas as etapas da Educação Básica, destinada a assegurar condições de acesso, participação, aprendizagem e permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Nessa perspectiva, a política destaca que a inclusão escolar tem início na Educação Infantil, etapa fundamental para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e comunicativas da criança. Além disso, o documento ressalta que o Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando ofertado na faixa etária de zero a três anos, deve ocorrer por meio de ações de intervenção precoce que favoreçam o desenvolvimento infantil, sendo garantido pelos sistemas de ensino e realizado de forma complementar ao ensino comum, preferencialmente no contraturno escolar (Brasil, 2008).

Por último, sobre a opinião sobre a importância da relação família–escola, a entrevistada colocou:

> “Eu acho que é muito importante. Eu acho que principalmente da escola buscar entender da gente, né? A necessidade de cada criança, a situação real de cada criança. E os pais também, né? Precisam conseguir dar esse retorno. E, nesse caso, não é só família e escola, é família, escola, médico, clínica, que vai um pouco além também só da nossa relação. Todo mundo precisa estar falando a mesma linguagem.”

Os achados indicam que a participante compreende a inclusão escolar como um processo que exige a atuação articulada entre família, escola e profissionais da saúde. Essa perspectiva reforça a importância da intersetorialidade e da comunicação entre os diferentes serviços envolvidos no acompanhamento da criança, especialmente na Educação Infantil, etapa em que o desenvolvimento infantil requer ações integradas e colaborativas.

A qualidade das relações familiares e o envolvimento mais ativo dos pais torna-se ainda mais importante quando se foca no processo de inclusão escolar. A Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) defende que para efetivação de uma proposta inclusiva na

Educação Infantil deve haver, além do ambiente favorável, envolvimento e trocas entre os pais e os profissionais, assim como seu compromisso para com a evolução do aluno/filho, tendo como objetivo uma pedagogia centrada na criança. Ou seja, a relação entre família e escola dependerá de ações que a escola faz em relação à inserção das famílias e também do quanto os pais estabelecem relações estreitas com os seus filhos. As preocupações, principalmente dos pais, são desde o nascimento e percorrem por todo o futuro dessa criança; nisso, o principal pilar de apoio que a família poderá contar será o escolar (Paniagua, 2004; Bossi; Junges; Piccinini, 2018).

Como é defendido por Bossi, Junges e Piccinini (2018, p. 382): “o processo inclusivo deve envolver a intersetorialidade entre educação, saúde e assistência social, a fim de possibilitar a garantia de direitos à pessoa com deficiência.”. Porém, os próprios autores já alertam que é uma tarefa difícil, visto que esses três pilares costumam agir de maneira individualizada.

De modo geral, os relatos evidenciam que o ingresso na Educação Infantil, quando atravessado pela adoção e pela deficiência, mobiliza expectativas, inseguranças e desafios específicos para as famílias. Além das questões relacionadas ao desenvolvimento infantil e à adaptação escolar, emergem preocupações quanto à garantia de direitos, ao suporte institucional e à construção de relações colaborativas entre família, escola e profissionais da saúde.

4. Conclusão

Os resultados deste estudo evidenciam que o ingresso da criança adotada com deficiência na Educação Infantil é atravessado por diferentes fatores, entre eles a construção do vínculo familiar, a deficiência e as condições de inclusão escolar vivenciadas pela família.

A partir dos dados obtidos, percebe-se que a visão materna sobre a deficiência foi ressignificada após a construção do vínculo com a criança. Além disso, também demonstram que a relação entre família e escola constitui um elemento central para a efetivação da inclusão escolar, especialmente na Educação Infantil, influenciando a confiança das famílias, a garantia de direitos e o processo de adaptação da criança ao contexto escolar. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de suporte adequado às demandas do público da Educação Especial desde a primeira etapa da Educação Básica.

O estudo também reforça a necessidade de ampliação das pesquisas sobre adoção de crianças com deficiência, temática ainda pouco explorada na literatura nacional, especialmente quando articulada ao ingresso na Educação Infantil e à inclusão escolar.

Como limitação de pesquisa, destaca-se a participação de apenas uma

entrevistada, não sendo possível generalizar os achados. Além disso, a realização da entrevista em formato remoto pode ter limitado a compreensão de aspectos da comunicação não verbal, como expressões faciais, gestos e outras manifestações comportamentais, que poderiam complementar a compreensão das experiências relatadas. Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos com maior número de participantes, contemplando diferentes contextos familiares e educacionais, bem como a utilização de múltiplas estratégias de coleta de dados.

Além disso, os dados foram obtidos exclusivamente a partir da perspectiva materna, não contemplando a percepção de outros atores envolvidos no processo de inclusão escolar, como professores, gestores escolares ou profissionais da saúde.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos com maior número de participantes, contemplando diferentes contextos familiares e educacionais, bem como diferentes atores envolvidos no processo de inclusão escolar, utilizando múltiplas estratégias de produção de dados.

Apesar das limitações, o estudo contribui para ampliar as discussões sobre a articulação entre adoção, deficiência e Educação Infantil, dando visibilidade às experiências familiares e reforçando a importância de práticas educacionais comprometidas com a inclusão desde os primeiros anos de escolarização.

5. Referências

BOSSI, Tatiele Jacques; JUNGES, Ana Paula Pedroso; PICCININI, Cesar Augusto. Fatores que interferem no processo de inclusão de bebês com deficiência física no berçário. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 2, p. 377-384, 2018. Acesso em: 03 maio 2026.

BOSSI, Tatiele Jacques; BRITES, Sílvia de Andrade Neves Dias; PICCININI, Cesar Augusto. Adaptação de Bebês à Creche. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia**, Porto Alegre–RS, v. 27, p. 2, 2017. Acesso em: 08 maio 2026.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. Acesso em: 01 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.** Dispõe sobre adoção e altera dispositivos da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 ago. 2009. Acesso em: 10 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 18 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 10 maio 2026.

CASTRO, Letícia Fonseca Reis Ferreira de. **A trajetória escolar de crianças adotadas: a perspectiva de pais e professores**. **2011. 162 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)** – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.11606/D.59.2011.tde-21102013-163346. Acesso em: 11 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. **Crianças Disponíveis ou Vinculadas para a Adoção.** Disponível em: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=68b8631d-d2f5-4ea1-b05a-b0256c5fb581&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=clearall. Acesso em: 13 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. **Crianças e Adolescentes Acolhidos.** Disponível em: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=e78bd80b-d486-4c4e-ad8a-736269930c6b&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=clearall. Acesso em: 14 maio 2026.

COSTA, Juçara Cândido da; DARIVA, Mayrerrose Cândido. A FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, *[S. l.]*, v. 10, n. 10, p. 5847–5853, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16542. Acesso em: 10 maio 2026.

DENTZ, Marisa Von; CASTRO, Cíntia Regina Czysz de; NEDER, Kaira; AMORIM, Kátia de Souza. Processos de transição com ingresso de bebês na educação infantil: revisão bibliográfica. **Psicologia USP**, v. 33, n. 33, p. 1-10, 2022.

FERREIRA, Cássia Rodrigues. Relação entre famílias e instituições de educação infantil: o que dizem os professores? **Revista Educação em Revista**, Canoas, v. 22, n. 2, p. 165–184, jul./dez. 2017.

FERREIRA, Silvana dos Santos; SÁ, Sumaia Midlej Pimentel. Filhos do Coração; Adoção de Crianças com Deficiência. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, Salvador, BA, v. 5, n. 3, 2015. Disponível em: https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/689. Acesso em: 03 maio 2026.

FIAMENGHI JR, Geraldo A.; MESSA, Alcione A. Pais, Filhos e Deficiência: Estudos Sobre as Relações Familiares. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27 , n.2, p. 236-245, 2007. Acesso em: 05 maio 2026.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: **Atlas**, 2002.

GONDIM, Ana Karen; CRISPIM, Camila Sousa; FERNANDES, Fabyanna Henrique Tomaz; ROSENDO, Jordanna Cibelly; BRITO, Thalyta Maria Cabral de; OLIVEIRA, Uandra Brito de; NAKANO, Tatiana de Cássia. Motivação dos pais para a prática da adoção. **Bol. psicol**. São Paulo, v. 58, n. 129, p. 161-170, 2008.

GURGEL, Karina Machado Rocha. A realidade sobre a espera pela adoção: a diferença entre o perfil desejado pelos pais adotantes e o perfil das crianças disponíveis para serem adotadas. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**, Distrito Federal, p. 1-5, fev 2016. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/textos-e-artigos/2016/a-realidade-sobre-a-espera-pela-adocao-a-diferenca-entre-o-perfil-desejado-pelos-pais-adotantes-e-as-criancas-disponiveis-para-serem-adotadas. Acesso em: 02 maio 2026.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; COITINHO, Adriane Cássia Silva; COSTA, Neli Terezinha; BARCELOS, Anna Regina Grings. Família e Escola da Criança com Deficiência. **Interfaces Científicas**, v. 8, n. 3, p. 661 - 675, 2020. Acesso em: 15 maio 2026.

MOZZI, Bruna; NUREMBERG, Jaqueline. Adoção de crianças com deficiência: estudo com famílias adotivas**. Revista Pedagógica**, v. 18, n. 38, p. 258–276, 2016. Acesso em: 07 maio 2026.

PANIAGUA, Gema. As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. In: C. COLL; A. MARCHESI; L. PALÁCIOS (Orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação - transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 330-346. Acesso em: 03 maio 2026.

PANIAGUA, Gema; PALÁCIOS, Jesus. **Educação Infantil - Resposta educativa a diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SILVA, Esrom de Lima; FARIAS, Eliete Francisca da Silva. Concepções Teóricas sobre a Adoção de Crianças com Deficiência. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, *[S. l.]*, v. 11, n. 1, p. 2101–2120, 2025. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17961. Acesso em: 17 maio 2026.